



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# **DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

ANO XXIV PALMAS, SEXTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2013

Nº 1996



## **MESA DIRETORA**

**Presidente:** Dep. Sandoval Cardoso

**1º Vice-Presidente:** Dep. Osires Damaso

**2º Vice-Presidente:** Dep. Eduardo do Dertins

**1º Secretário:** Dep. José Geraldo

**2º Secretário:** Dep. Toinho Andrade

**3º Secretário:** Dep. Iderval Silva

**4º Secretário:** Dep. Josi Nunes

**Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO**

---

**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

Responsável: Diretoria de Área Legislativa  
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria  
de Taquigrafia e Documentação  
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO  
CEP 77003-905

# Atos Legislativos

## MENSAGEM Nº 125/2012

Palmas, 31 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **RAIMUNDO MOREIRA DE ARAÚJO**  
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
TOCANTINS  
N E S T A

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, pelas razões a seguir expostas, decidi **vetar integralmente** o Autógrafo de Lei 136, de 20 de dezembro de 2012.

O art. 6º do mencionado Autógrafo, albergando emenda modificativa ao Projeto de Lei da minha iniciativa, dispõe que:

“Art. 6º São mantidos os contratos de alienação de imóveis, firmados pelo Estado ou por entidades de sua administração indireta, na forma da legislação em vigor, exceto os imóveis em litígio.”

Entendo que a ausência de critério temporal, fixando termo final para a regularização fundiária, torna o dispositivo incompatível com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

Isto porque o texto aprovado autoriza a regularização tanto das ocupações anteriores quanto das que vierem a se consolidar após a vigência da lei proposta.

Já o art. 7º dispõe que:

“Art. 7º São passíveis de regularização fundiária as ocupações, reconhecidas pelo Estado, desde que comprovada a cadeia possessória de forma mansa e pacífica.”

A *mens legislatoris* no texto originário da iniciativa governamental tinha por fulcro regularizar apenas as ocupações ocorridas antes de 20 de março de 2009, se reconhecidas pelo Estado.

A emenda efetuada, referindo-se a posse mansa e pacífica, remete aos pressupostos da usucapião, circunstância não compatível com a imprescritibilidade da posse de bem público.

Por outro lado, o novo texto proposto, deixando o prazo em aberto, permite, paradoxalmente, a regularização até mesmo das ocupações fundiárias abrangidas pelo veto ao art. 6º do referido autógrafo de lei.

Como se vê, as disposições defeituosas dos dois artigos comprometem o autógrafo de lei por inteiro vez que perde o seu sentido teleológico.

Com estas razões, e no propósito de preservar a segurança jurídica do patrimônio imobiliário do Estado, hei por bem **vetar integralmente o Autógrafo de Lei 136/2012**.

Permito-me, pois, Senhor Presidente, submeter a matéria à elevada apreciação desse Egrégio Sodalício.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Pares os protestos de minha elevada estima.

**JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS**  
Governador do Estado

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 19/2012

Transfere, em caráter excepcional no ano de 2012, a promoção de policiais militares para a data que especifica.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

**Art. 1º** É transferida, em caráter excepcional, para o dia 24 de dezembro de 2012, a data da promoção de policiais militares prevista para o corrente ano.

**Art. 2º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Araguaia**, em Palmas, aos 24 dias do mês de dezembro de 2012; 191º da Independência, 124º da República e 24º do Estado.

**JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS**  
Governador do Estado

## MENSAGEM Nº 1/2013

Palmas, 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **SANDOVAL LOBO CARDOSO**  
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
TOCANTINS  
N E S T A

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Com muita honra me dirijo ao Parlamento do meu Estado para prestar contas das principais iniciativas do Poder Executivo em 2012, e expor as perspectivas para o ano que se inicia.

O ano findo, tal como o anterior de 2011, foi essencial e pesadamente atípico para a nossa administração.

Consoante tive a oportunidade de me pronunciar, reiteradas vezes, recebemos um Estado endividado e sobrecarregado com a execução de políticas públicas inadequadas e paternalistas que, no geral, afrontavam e lamentavelmente ainda persistem com o afrontamento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De outra parte, descurando do zelo pelo próprio nome, o Estado deixou de cumprir, em administrações passadas, importantes compromissos assumidos com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, caindo em mora, também, nas obrigações para com os organismos federais.

Por isso, volto a dizer que 2012, tal como o anterior, foi também um ano de recuperação do Estado.

Operada já a reorganização, conquanto não completamente ainda, parte-se, agora, para a conquista dos recursos necessários a atender, com absoluta prioridade, aos projetos infraestruturais, principalmente os que tratam da recuperação, restauração e manutenção da malha viária, relegada ao abandono durante oito anos.

Refiro-me aos numerosos trechos de rodovias, mormente das pavimentadas, que estavam, e a grande maioria ainda está, em precária situação de conservação, concorrendo para a elevação dos custos do transporte, da manutenção da frota de veículos e

para a ampliação do número de acidentes.

São as estradas que ficaram continuamente expostas ao tráfego pesado demolidor, livremente, sem qualquer tipo de fiscalização.

É bom que se diga, desde logo, que a Polícia Militar não possui o efetivo necessário ao cumprimento da sua missão precípua de garantir e manter a ordem pública.

A Polícia Civil também não. Esta, assim como a grande maioria dos outros setores da Administração Pública, pena com a crônica exiguidade de recursos.

Firme neste desiderato, planeja-se criar uma agência de construção de vias destinada a completar os diversos modais de transporte.

Outro grande objetivo tem sido o de aumentar o quantitativo das escolas de tempo integral, expandir o número de salas de aula em todo o Estado, melhorar o desempenho dos professores e reduzir a taxa de evasão escolar.

As escolas de tempo integral têm a grande vantagem de oferecer educação de qualidade em turno regular e oficinas pedagógicas em turno inverso, atendendo aos estudantes de forma completa.

A essência é manter a criança e o adolescente na escola, assistindo integralmente às suas necessidades básicas e permanentes, ampliando o aproveitamento escolar e resgatando a autoestima.

A escola de tempo integral também constitui alternativa eficiente na redução dos índices de evasão escolar e de repetência, além de diminuir as desigualdades sociais e, conseqüentemente, os altos índices de violência.

Tem franco andamento, desde o ano passado, o programa de ampliação da informatização das escolas e da inclusão digital dos alunos da educação básica, promovendo-se, também, maior interação entre a escola pública e a realidade social.

No que concerne à administração da saúde, o Governo tem se dedicado totalmente à recuperação de toda a rede hospitalar do Estado e ao oferecimento de um serviço de qualidade à população.

Já se adotaram as providências necessárias à construção de um Hospital Materno Infantil em Palmas.

A futura unidade hospitalar terá abrangência regional para servir diretamente a uma população aproximada de 300 mil habitantes localizada em oito municípios do Estado.

O objetivo principal é desafogar o Hospital Materno-Infantil Dona Regina.

Por isso, o novo hospital se insere também na categoria de referência estadual de alta complexidade para atender aos 783.496 habitantes de cinco regiões de saúde (Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Gurupi e Dianópolis), correspondente a 56,63% da população do Estado.

Ressalto ser de suma importância a efetivação dessa obra de saúde que imprimirá grande impacto na proteção social do cidadão tocantinense.

Importa lembrar que o Estado do Tocantins nasceu junto com o Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS), mas, até hoje, não possui estrutura hospitalar de atenção materno-infantil adequada e suficiente ao atendimento das mães, bebês e crianças aqui nascidos e crescidos.

De sorte que a nova maternidade destina-se a resolver a fragmentação do atendimento, aumentar a oferta de leitos, e, sobretudo, proporcionar a merecida qualidade da assistência materna, neonatal e infantil.

Noutra ponta, propiciará maior privacidade, conforto e segurança às mulheres, às crianças e aos acompanhantes, bem assim aos profissionais que os assistem.

Com isso, passos significantes estão sendo dados para a promoção de um atendimento humanizado e coerente com as conquistas do Sistema de Único de Saúde Brasileiro.

Por tudo isso, é reconhecida a necessidade de aprimorar o organismo estatal, tornando-o mais flexível para a realização dos seus objetivos e atendimento das pessoas com um serviço público de qualidade.

Importa deixar bem claro, neste passo, que, já recuperada a credibilidade do Estado, marcha-se, agora, para a reorganização de toda a estrutura administrativa.

Em síntese, 2011 foi marcado pelas ações de reorganização das finanças públicas, com prioridade total para a recuperação da credibilidade do Estado junto às instituições financeiras e outros organismos nacionais, internacionais e estrangeiros.

Avançamos bastante, mas ainda há muito o que fazer neste campo.

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e, também, o Ministério Público, aprovado na conformidade da Lei 2.547, de 22 de dezembro de 2011, estimou a receita e fixou a despesa no valor de R\$ 7,69 bilhões.

Com relação ao comportamento das **receitas**, o somatório geral da arrecadação do Estado, em 2012, alcançou a cifra de R\$ 6,6 bilhões.

Em comparação com os ingressos do exercício anterior (R\$ 5,6 bilhões), a receita cresceu no ano de 2012 em 18,78%, correspondendo a 86,94% da receita prevista para o exercício.

Noutro turno, arrecadou-se no exercício de 2012 o valor de R\$ 6,4 bilhões, apresentando 9,66% de aumento em relação ao exercício de 2011 (R\$ 5,8 bilhões).

Isto corresponde às receitas correntes provindas da arrecadação realizada pelo Estado, suas Autarquias, Fundações e Fundos, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais, dentre outras, importando em 95,16% da receita corrente prevista para 2012.

A receita tributária, de outra parte, alcançou o montante de R\$ 1,9 bilhão, representando 104,60% do total previsto para 2012.

Essa receita constitui uma das principais fontes de ingresso financeiro do Estado. Dentre essas receitas, destaca-se o ICMS – Imposto sobre Operação e Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, com valor arrecadado de R\$ 1,4 bilhão e o IRRF – Imposto sobre os Rendimentos, com R\$ 245,6 milhões.

As Transferências Correntes totalizaram um montante de R\$ 3,5 bilhões e, ainda, representam a maior fonte do grupamento das Receitas Correntes.

A arrecadação correspondeu a 85,51% em relação à receita prevista.

O Fundo de Participação para Estados e Distrito Federal – FPE, a receita mais representativa no grupo, contribuiu com R\$

2,6 bilhões, 74,86% sobre o valor total das Transferências Correntes.

Cabe ressaltar que no exercício de 2012 houve uma frustração na arrecadação do FPE no valor de R\$ 296.583.193,00 em relação ao total previsto pela Secretaria do Tesouro nacional – STN para o período.

As receitas de capital registraram a cifra de R\$ 704,2 milhões, superior em 193,72% em comparação ao arrecadado em 2011.

As receitas provenientes de Operações de Crédito apresentaram a arrecadação de R\$ 564,1 milhões, 66,35% em relação ao previsto para o exercício de 2012, num crescimento de 236,37% em comparação ao total arrecadado em 2011.

Os recursos originários de Operações Internas de Crédito, no montante de R\$ 557,4 milhões, decorreram do PEF-II - Programa Emergencial de Financiamento e do PROINVESTE – Projeto de Modernização da Infraestrutura de Transporte, Saúde e Atendimento Socioeducativo.

As Operações Externas de Crédito totalizaram R\$ 6,6 milhões, relativas ao Projeto Eixo Rodoviário – MCC.

A Receita Ordinária do Tesouro apresentou arrecadação no exercício de 2012 de R\$ 3,8 bilhões, em um aumento de 8,64% sobre o mesmo período de 2011.

O total arrecadado no período corresponde a 97,25% do valor previsto para 2012.

O ICMS – Imposto sobre Operação e Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, que representa uma das receitas mais significativas do Estado, teve no exercício de 2012 o montante arrecadado de janeiro a dezembro de R\$ 1,4 bilhão.

Este valor revela um crescimento nominal de 33,99% em relação ao efetivado no mesmo período do ano anterior.

Esse crescimento é resultado direto da política de atração de investimentos realizada pelo Governo do Estado para o incremento das cadeias produtivas da economia tocantinense e das ações de intensificação de fiscalização.

A Receita Corrente Líquida alcançou em 2012 um montante de R\$ 4,9 bilhões, cifra que representa crescimento da ordem de 9,73% em relação ao exercício de 2011.

A liquidação das **despesas** em 2012 soma R\$ 5,6 bilhões, constituindo acréscimo de 10,65% em relação ao total liquidado no mesmo período de 2011.

As despesas correntes somaram R\$ 5,0 bilhões, correspondentes a 88,88% dos gastos públicos em 2012.

Essas despesas referem-se aos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes.

As despesas de pessoal e encargos sociais, liquidadas em 2012, abrangendo todos os poderes, corresponderam a R\$ 3,0 bilhões, representando 53,34% do total da despesa realizada.

O Poder Executivo gastou R\$ 2,5 bilhões com pessoal e encargos, incluindo a Defensoria Pública, o que corresponde a 44,58% da despesa total realizada em 2012.

As despesas de capital são representadas pelos investimentos que alcançaram R\$ 458,9 milhões, correspondendo a 8,11% do total liquidado no período.

O constante crescimento das despesas de pessoal e custeio, bem como a redução no repasse do FPE – Fundo de Participação

do Estado, tem diminuído a capacidade de investimento do Estado.

Basta ver que as despesas de pessoal e as de custeio cresceram respectivamente 411,52% e 402,09% de 2002 a 2012.

A despesa com investimentos obteve no mesmo período uma redução de 39,73%.

Outro entrave que impede a aplicação em investimento refere-se ao repasse aos Poderes que tem tido uma evolução bem superior à das receitas.

Desta forma, o Governo busca a economia em despesas correntes e procura realizar operações internas e externas de crédito para garantir a recuperação dos investimentos do Estado.

Cabe ressaltar, nesta oportunidade, que a situação apresentada é preocupação do Governo por eficiência, eficácia e efetividade na realização dos gastos públicos.

Firme, portanto, no compromisso de promover a melhoria dos serviços públicos oferecidos ao cidadão, as prioridades da administração pública concentram-se na transparência e na gestão fiscal responsável.

No que tange ao **cumprimento da gestão**, o objetivo da política fiscal do Governo é o de promover a gestão responsável dos recursos públicos, de molde a assegurar o equilíbrio das receitas e despesas e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado, por meio de ações planejadas e transparentes.

Nesse sentido, foi investido em manutenção e desenvolvimento do ensino a quantia de R\$ 1,03 bilhão em 2012, correspondendo a 25,15% da Receita Líquida de Impostos.

Os gastos com saúde em 2012 atingiram o volume de R\$ 760,3 milhões, o que corresponde a 18,48% da Receita Líquida de Impostos e Transferências.

Este percentual ultrapassa o limite de 12% estabelecido na Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000.

O valor do Resultado Primário, no período em análise, correspondeu a R\$ 102,9 milhões, superior à meta anual prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2012, de R\$ 720,8 milhões negativos.

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece a melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo Estado, permitindo avaliar se o nível de gastos do Ente está compatível com sua arrecadação.

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da dívida fiscal líquida entre dois períodos (atual e exercício anterior). No exercício de 2012, o Estado apresentou um resultado nominal de R\$ 89,5 milhões.

A dívida consolidada em 31 de dezembro de 2012 apresentou um saldo de R\$ 1,83 bilhão sendo R\$ 1,09 bilhão originária da dívida fundada interna, R\$ 566,1 milhões dívida fundada externa, R\$ 171,92 milhões referente a precatórios e R\$ 832 mil relativa a outras dívidas.

A Dívida Consolidada Líquida apresentou um montante de R\$ 1,02 bilhão, o que corresponde a 20,61% da Receita Corrente Líquida.

Essa relação é inferior ao limite fixado na Resolução 40, do Senado Federal, que permite o montante máximo de 2 vezes a RCL (ou 200% da RCL).

O Governo do Estado encerrou 2012 com um Superávit Orçamentário de R\$ 908,37 milhões, conforme comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas do período em análise.

Fundamental é destacar o expressivo esforço despendido pelo Governo na captação de recursos financeiros junto a organismos nacionais e internacionais para a ampliação da capacidade de investimento do Estado.

Ao todo, foram contratados em 2012, US\$ 1,07 bilhão de dólares, o equivalente a R\$ 2,19 bilhões, em valores de 17 de janeiro de 2013.

Esses recursos serão aplicados na ampliação da capacidade de distribuição de água para irrigação, na modernização da administração fazendária, na pavimentação de rodovias e no aumento de capital da agência de fomento.

Em 2012, as principais operações de crédito contratadas foram:

·PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de implementar projetos hidroagrícolas e ampliar as estruturas de armazenamento e distribuição de água para irrigação. O valor global da contratação importou em US\$ 99 milhões, considerada a contrapartida estadual de US\$ 65 milhões.

·PROFISCO - Projeto de Modernização Fiscal do Tocantins, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fazendária do Estado do Tocantins. O valor global da contratação importou em US\$ 40,43 milhões, considerada a contrapartida estadual de US\$ 4,58 milhões.

·PDRIS - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável, financiado pelo Banco Mundial – BIRD, com o objetivo de apoiar a agenda de desenvolvimento do Estado, contribuindo para a melhoria da competitividade e integração regional, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Visa, também, a contribuir para a efetividade do transporte rodoviário e da logística do Tocantins. O projeto tem o valor global de US\$ 375 milhões, sendo US\$ 300 milhões o valor do empréstimo e US\$ 75 milhões o valor da contrapartida do Estado.

·PIER - Projeto de Infraestrutura Rodoviária, contratado junto ao BBVA e DEUTSCHE BANK S.P.A que visa à construção de pontes de concreto e melhoramento e pavimentação de rodovias no Estado do Tocantins. O valor financiado é de US\$ 143,19 milhões e a contrapartida estadual de US\$ 25,27 milhões.

·PROINVESTE, financiamento contratado junto ao Banco do Brasil/BNDES, com objetivo de aumento de capital da Agência de Fomento, construção de unidades de atendimento socioeducativo, transporte e logística, e, mais, a construção do hospital de Araguaína. O valor do financiamento é de R\$ 553,37 milhões.

Também está em fase de contratação financiamento da ordem de US\$ 168,5 milhões de dólares, equivalente a R\$ 343 milhões de reais (valor do dólar em 17 de janeiro de 2013).

Os mencionados recursos se destinam a promover a inclusão social, com aumento da geração de renda nas comunidades locais e conservação ambiental.

Parte deles também será aplicada na prevenção e combate às queimadas e acidentes ambientais, e da fiscalização e investigação policial dos crimes contra o meio ambiente.

No que concerne à gestão das políticas públicas do Estado, ênfase deve ser dada às principais realizações do Governo a partir de programas temáticos.

Vale dizer, o Governo do Estado vem promovendo uma reforma silenciosa, mas duradoura, imprescindível na firme estratégia de modernizar a gestão.

Com efeito, em 2011, firmou-se profícua parceria com a renomada organização não governamental Movimento Brasil Competitivo (MBC) para prover suporte metodológico e técnico na elaboração do Mapa Estratégico do Governo.

Ressalte-se que o ano de 2012 teve início com a configuração desse Mapa Estratégico, sinalizando as principais diretrizes de gestão, visto que o Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foi elaborado no primeiro ano de governo.

O PPA 2012-2015 originou-se da ampla consulta pública protagonizada pelo Projeto Agenda Tocantins, com base numa visão estratégica de longo prazo a partir dos três eixos estruturantes (desenvolvimento sustentável e infraestrutura, declaração de direitos e desenvolvimento social, e gestão pública e Estado).

Esses eixos orientam a atuação do Governo para resolver os 9 macrodesafios das políticas públicas. Esses macrodesafios se resumem na produção, no desenvolvimento ambiental, na infraestrutura, na segurança pública, na saúde, na inclusão social, no conhecimento, na cidadania e na gestão pública.

Assim, o PPA 2012-2015 subsidiou a finalização do Mapa Estratégico, que traz a seguinte visão de futuro: “*Ser um estado sustentavelmente desenvolvido, com infraestrutura econômica e social plenamente capaz de cuidar das pessoas*”.

O Mapa Estratégico é composto por 5 áreas de resultados: desenvolvimento da economia, cuidado com as pessoas, valorização do meio ambiente, desenvolvimento do conhecimento e modernização e implantação da gestão para resultados.

Para a consecução da estratégia de gestão do Governo, o Mapa Estratégico traz 23 objetivos desafiadores que, uma vez alcançados, proporcionarão o atingimento maior dos seguintes resultados: aumento da participação do Tocantins no PIB nacional, assegurando a desconcentração regional; promoção da inclusão social, de modo a cuidar das pessoas reduzindo a pobreza e a desigualdade; e a garantia de um desenvolvimento plenamente sustentável.

No ano de 2012, houve inovações na gestão compartilhada, integrada e transversal, pois se reuniram os diversos órgãos com similaridades em suas entregas (produtos e serviços) ao cidadão.

A Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) é instrumento de acompanhamento da execução das ações dos órgãos governamentais, conforme sua contribuição aos objetivos de resultados do Governo.

Sendo assim, cada órgão possui uma matriz que conjuga seus esforços e ações, denominado Painel de Contribuição.

A Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão (SEPLAN) estruturou uma diretoria específica para acompanhar as iniciativas e ações que contribuem para o alcance das estratégias do Governo e está implantando o Escritório Central

de Gerenciamento de Projetos (ECGP), um recurso moderno e eficaz para potencializar e dinamizar a execução dos projetos tidos como estratégicos.

Ao longo do ano de 2012 foram empreendidas várias ações voltadas para a capacitação do servidor nos principais métodos que integram um modelo robusto de recursos e ferramentas para uma gestão orientada de resultados.

Em dezembro, foi publicada a Lei 2.663 que disciplina o “Compromisso de Resultados”, instrumento fundamental para a implementação dos acordos de metas entre o Governador e seus secretários.

O Governo se encontra, agora, ajustado e apto para prover o atendimento dos novos desafios que trarão alinhamento às ações estratégicas e melhores índices de produtividade e atendimento às demandas do cidadão.

A seguir são demonstradas as principais realizações por área de resultado do mapa estratégico.

#### ÁREA ESTRATÉGICA: DESENVOLVER A ECONOMIA

A área estratégica *Desenvolver a Economia* é composta por sete objetivos, sendo eles: incentivar o agronegócio e a agroindústria para a exportação; desconcentrar as ações de desenvolvimento, fomentando cadeias produtivas regionais; expandir a infraestrutura urbana, logística, energética e hídrica; atrair investimentos produtivos que, preferencialmente, agreguem valor aos produtos locais; fortalecer a agricultura familiar; desenvolver o potencial turístico do Estado; e transformar o Estado num polo logístico nacional.

A fim de promover o atingimento das metas propostas para esses objetivos o Governo do Estado realizou a Feira de Tecnologia Agropecuária – Agrotins.

Esta feira obteve um volume de negócios da ordem de R\$ 325,7 milhões, recebendo um público visitante em torno de 71 mil pessoas. Contou com 432 expositores. Promoveu a capacitação de 16.761 pessoas em eventos técnicos de cursos, clínicas tecnológicas, dias de campo, dinâmicas e palestras.

O Governo também apoiou a realização e participação em eventos tecnológicos, tais como: realização de oficinas para elaboração do Plano/Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono e formalização/celebração de convênios com sindicatos rurais de 36 municípios, com o objetivo de apoiar a realização de feiras e exposições agropecuárias.

Incentivando o agronegócio a SEAGRO promoveu a produção de 20 mil mudas de banana, 15 mil mudas de mangaba e 10 mil mudas de açaí para fornecimento a produtores e vem, na área de fruticultura, realizando o monitoramento da produção integrada de abacaxi e banana, em parceria com a Embrapa, com recursos próprios e de convênio.

Na área de grãos, já foram realizados dias de campo e encontros técnicos nas regiões produtoras, com destaque para as culturas da soja, feijão e arroz que têm contribuído para o aumento da produção e agregação de valor às atividades agropecuárias.

O Governo do Estado também promoveu a classificação de 43.744,37 mil toneladas de produtos de origem vegetal como arroz beneficiado, arroz em casca, feijão, soja e milho, agregando valor aos produtos classificados e segurança alimentar.

Em 2012, por meio da Central de Abastecimento, foram comercializadas 28.800 toneladas de hortifrutigranjeiros. Destas,

mais de 8.000 toneladas consistiram em produtos adquiridos de agricultores do próprio Estado. Isto gerou uma movimentação financeira de mais de 30 milhões de reais.

Além disso, apoiou-se a implantação de 10 agroindústrias, através da elaboração de plantas arquitetônicas, projetos técnicos, assessoria ao serviço de inspeção, beneficiando os municípios de Pau D’Arco, Nazaré, Esperantina, São Bento, Nova Olinda, Tocantinópolis e Axixá do Tocantins.

Também carream-se investimentos para a execução das obras civis no projeto polo de fruticultura irrigada São João, gerando cerca de 100 empregos diretos e na revitalização do Projeto Rio Formoso.

Institui-se, por outro lado, o Distrito de Irrigação Manuel Alves através da capacitação do Conselho de Administração e Fiscal nos assuntos relativos à Administração, Operação e Manutenção do Distrito de Irrigação na gestão do Perímetro, com licitação para 48 lotes destinados a pequenos produtores qualificados e 5 lotes empresariais, onde foram gerados 450 empregos diretos e indiretos. Nesse projeto foram investidos R\$ 916 mil.

Quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, na área de extensão rural, a quantidade de técnicos capacitados superou as expectativas em 14% da meta proposta. Isto proporcionou ao Escritório Central, às Unidades Regionais e aos Locais de Execução de Serviços do RURALTINS, situados em 91 municípios tocantinenses, corpo técnico qualificado para suporte operacional aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Também foram capacitados 60% dos produtores planejados. Os cursos se circunscreveram às áreas produtivas, social e ambiental.

Ao agricultor familiar disponibilizaram-se projetos para financiamento das atividades agropecuárias, resultando em cerca de R\$ 75 milhões aos produtores rurais, com impacto no aumento da produção, produtividade e renda, melhoria nas benfeitorias das propriedades rurais e aquecimento da economia local, de maneira a gerar renda e emprego no campo e na cidade.

A implantação de hortas superou em 136% a meta planejada, potencializada por suplementação orçamentária oriunda de emenda parlamentar.

As ações referentes à Promoção de Feiras para Divulgação e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar tinha como previsão a execução de 7 eventos, porém, através de parcerias firmadas com os municípios e a iniciativa privada, realizaram-se 14 eventos.

Os eventos tiveram início no mês de maio, em Palmas, com a AGROTINS. Desses eventos beneficiaram-se aproximadamente 400 agricultores familiares e, direta e indiretamente, mais de 9 mil pessoas, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, mulheres e jovens de comunidades rurais, comerciantes e moradores locais.

O Governo do Estado, no tocante à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, atendeu a 124 municípios; aplicou R\$ 2.434.890,18 com 870 entidades beneficiadas, atendendo a 178.163 pessoas e 1.364 agricultores familiares; e comercializou 710.990,45 quilos de produtos alimentícios.

Na área de defesa animal e vegetal as conquistas se consubstanciaram em mais um recorde de cobertura vacinal contra febre aftosa, alcançando, em maio de 2012, 99,64% do rebanho vacinado.

Isso reforça o compromisso de manter o Estado como área livre de febre aftosa no Brasil, cumprindo as exigências internacionais de combate a essa doença.

O laboratório de diagnóstico da ADAPEC foi credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em agosto de 2012, para a realização de exames e diagnósticos de Anemia Infecciosa Equina - AIE.

Por meio da ADAPEC, o Governo do Estado transformou 7 matadouros em matadouros-frigoríficos, com a exigência de instalação de câmaras frigoríficas.

Realizaram-se 1.881 fiscalizações em frigoríficos, compreendendo as de rotina durante o processamento da matéria-prima, em entrepostos de carnes e derivados, em produtos em trânsito; e vistorias em estabelecimentos para a concessão do Serviço de Inspeção Estadual - SIE, apurando-se, também, as denúncias de abate clandestino de animais.

Por meio dos Eventos de Educação Sanitária foram realizados, em parceria com o SENAR-TO, 287 cursos de capacitação para 6.190 produtores rurais, técnicos e sociedade em geral.

Em 2012, a ADAPEC aumentou, em relação a 2011, o número de fiscalizações em 10%.

Conseguiu-se controlar com mais eficácia o trânsito de animais em todo o território tocantinense, permitindo a garantia da qualidade do serviço veterinário oficial e contribuindo com a manutenção do *status* sanitário de área livre para doenças importantes, como a febre aftosa e a peste suína clássica.

Esta conquista é responsável pelos sucessivos recordes de exportação de produtos tocantinenses de origem animal, principalmente para a Rússia, o Egito, a Venezuela, o Chile e a Argélia, dentre outros.

Mais de 200 estabelecimentos foram credenciados para comercialização de insumos agrícolas no Tocantins.

Ampliou-se, também, a fiscalização nas várzeas tropicais do Tocantins, em especial na produção de sementes de soja de mais de 30.000 hectares.

Fundamental para desenvolver a economia é a regularização fundiária que, em 2012, tinha meta física de arrecadação e matrícula de uma área de 85.334,0000 hectares, tendo sido arrecadada e matriculada em nome do Estado uma área de 583.769,2216 hectares.

No exercício de 2012 realizaram-se 946 vistorias de imóveis rurais em diversos municípios do Estado do Tocantins, superando as anteriormente previstas 400 vistorias. Isto representa 236% da meta inicial.

Ao todo 278.626,6711 hectares foram medidos e demarcados.

Para expandir as infraestruturas urbana, logística, energética e hídrica, o Governo, por meio da Secretaria da Infraestrutura, firmou convênios com municípios destinados à pavimentação de vias urbanas.

Realizou 273 km de terraplenagem e pavimentação asfáltica, completando um investimento da ordem de mais de R\$ 113 milhões.

Essas obras compreendem os:

- 62 km na TO-080/Barrolândia, na rodovia TO 348;
- 54 km em Santa Tereza/Ponte Alta;
- 48 km em Novo Acordo/Santa Tereza, na rodovia TO 130;

· 57 km em Pindorama/Ponte Alta;

· 14 km no Entroncamento-335/Juarina, complementação de pavimentação na rodovia TO 430.

Também foram investidos mais de R\$ 8 milhões na conservação de 2.138 km de rodovias estaduais pavimentadas.

Em obras de terraplenagem e revestimento primário investiu-se mais de R\$ 16 milhões.

O Governo também promoveu a construção de obras aeroportuárias nos Municípios de Arraias e Taguatinga e a construção da Ponte Barra do Ouro-Bielândia, com um investimento de R\$ 15 milhões.

Promoveu-se a manutenção dos equipamentos de balança rodoviária nos Municípios de Araguaçu, Arraias, Caseara, Couto Magalhães, Jaú do Tocantins, Lagoa da Confusão, Miracema do Tocantins, Novo Alegre, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Nacional e Santa Fé.

Construíram-se: a) um refeitório nas dependências do Centro de Ensino Médio - CEM, em Palmas; b) uma rede rural de distribuição de energia elétrica no Município de Dianópolis; c) uma rede de distribuição urbana no Município de Palmas.

Concluiu-se a subestação de energia para o Projeto Manoel Alves, promovendo-se, também, a fiscalização de todas as obras de infraestrutura hídrica.

Na área de indústria e comércio, foram implantados e revitalizados 2 distritos empresariais: Distrito Industrial Tocantins III – localizado no Município de Colinas do Tocantins e o Distrito Industrial Álvaro Milhomem – localizado no Município de Paraíso do Tocantins, com disponibilização de áreas dotadas de infraestrutura básica.

Empreenderam-se 4 missões nacionais e internacionais para divulgar as potencialidades e oportunidades de investimento do Estado com o intuito de atrair investidores.

Trata-se do Projeto Missão Ásia (China e Coreia), compreendendo visita às embaixadas da China e da Coreia e articulações com representantes da Synergy (China) ligados à Kenerson com CDB China Development Bank e com dois VP do grupo Hana Micron Inc. (Coreia).

Foram realizadas 26 visitas técnicas às empresas para vistoriar instalações, levantar os investimentos realizados e verificar a mão de obra contratada, para fins de concessão de incentivos fiscais do Programa Proindústria.

Em pareceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, através da Secretaria de Comércio Exterior, por meio do Plano Nacional da Cultura Exportadora, capacitaram-se 120 pessoas sob os auspícios do Programa “Formação de Agentes de Comércio Exterior”.

Foi criado o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FEMEP, em operação desde maio/2012.

Com ele foram implantados os comitês temáticos Desoneração e Desburocratização, Comércio Exterior e Compras Governamentais, Tecnologia e Inovação, Investimento e Financiamento e Rede de Disseminação, Informação e Capacitação, todos com atuação em suas áreas específicas.

Para desenvolver o potencial turístico do Estado, foram firmados convênios com o Ministério do Turismo e a Embratur para campanhas nacionais e internacionais do turismo tocantinense.

Apoiaram-se 10 eventos geradores de fluxo turístico e eventos para divulgação e promoção do turismo.

No exercício de 2012 foram cadastradas 31 agências e operadoras de turismo, 73 meios de hospedagem, 16 transportadoras turísticas, 3 organizadoras de eventos, 31 guias e 25 pontos de alimentação e bebidas.

Em 2012 foram destinados recursos financeiros para atender 14 municípios no que diz respeito à estruturação do segmento Sol e Praia.

Os resultados desse investimento são demonstrados mediante pesquisa realizada em parceria com o Sebrae. Nesta pesquisa se revelou a movimentação financeira em torno de R\$ 59.026.695,76 (com permanência do turista) e um fluxo de 170.000 pessoas visitantes das praias de Araguacema, Araguaã, Caseara, Pedro Afonso e Peixe.

Para a temporada de Praia 2012 foram capacitados barraqueiros, meios de hospedagem e restaurantes e similares, resultando em maior qualidade dos serviços turísticos ofertados.

Através do Programa Tocantins Recebe Bem, foram capacitadas 291 pessoas e realizadas 60 consultorias “in loco”, totalizando 351 serviços.

O Instituto de Pesos e Medidas – IPEM foi responsável por mais de 17 mil ações de fiscalização e 2.260 exames finais em produtos como arroz, feijão, óleo e leite, totalizando mais de 300 mil produtos fiscalizados.

O Órgão constata a evolução de 264% em processos gerados em relação a multas metrológicas. Por outro lado, as multas na área da qualidade cresceram 318%. Resultado positivo no serviço metrológico, com crescimento de 6%.

Na Junta Comercial – JUCETINS, em 2012, atenderam-se a 37.344 serviços protocolados, atualizaram-se os cadastros de 2.079 empresas e constituíram-se 10.577 empresas.

A Secretaria das Cidades apoiou assistências técnicas e capacitações em mais de 30 municípios tendo como público alvo os servidores municipais e a comunidade local, atingindo o total de aproximadamente 400 assistências ou capacitações, com um investimento de R\$ 17 mil.

Foram realizados projetos de engenharia e arquitetura e de captação de recursos envolvendo obras urbanas em 18 municípios do Estado do Tocantins, com obras de calçamento em bloquetes, urbanização de vias públicas, revitalização de praças e avenidas, implantação de guias, sarjetas e meios-fios e construção de auditório público, com um investimento de R\$ 872 mil.

Também foram elaborados os seguintes projetos em total de 15: Cidades do Tocantins, Tocantins Conectado, Projeto Feirinha de Araguaína, Pró-Transporte Estadual, Pró-Transporte Palmas, Projeto PAC 2 de Araguaína (Itaipu), Projeto PAC 2 de Araguaína (setor Maracanã), Propriedade Legal (Palmas, Gurupi, Nova Olinda e Aragominas), Projeto de Indicadores de Desenvolvimento Urbano, Tocantins Sem Sede, Planos diretores, Cidades Verdes, Desenvolvimento Integrado do Açaí, APA de Araguaína, Cidades em Ação. Além desses projetos foram elaborados projetos de captação de recursos do PAC 2, tendo a assinatura de contratos de operações de crédito que beneficiam 12 municípios do Estado do Tocantins, com um investimento de R\$ 65 mil.

#### ÁREA ESTRATÉGICA: CUIDAR DAS PESSOAS

A área estratégica **Cuidar das Pessoas** compõe-se de quatro objetivos: a) facilitar o acesso ao mercado de trabalho e promover

a geração de renda; b) reestruturar e modernizar a saúde pública, garantindo acesso às ações e serviços com qualidade; c) tornar o Estado seguro, com redução dos acidentes de trânsito, da criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição; d) reduzir o contingente da população em vulnerabilidade social.

Na área da saúde o Governo, por meio da Secretaria da Saúde, adquiriu equipamentos destinados a reestruturar e manter as unidades hospitalares do Estado, de forma a fortalecer os serviços implantados, viabilizando atendimentos seguros e eficazes que satisfaçam às necessidades da população, com investimentos na ordem de R\$ 13 milhões.

Na área hospitalar, destacam-se:

- ampliação de 8 leitos de terapia intensiva neonatal no Hospital e Maternidade Pública Dona Regina Siqueira Campos;
  - ampliação de 10 leitos cirúrgicos no Hospital e Maternidade Pública Dona Regina Siqueira Campos;
  - ampliação de 10 leitos de terapia intensiva adulta no Hospital Regional Público de Gurupi;
  - ampliação de 10 leitos de terapia intensiva adulta no Hospital Regional Público de Araguaína;
  - ampliação e qualificação de 8 leitos de terapia intensiva adulta no Hospital Geral de Palmas;
  - contratação de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) adulta (cirúrgico e clínico) e neonatal, na rede privada, conforme necessidade.
- O Governo, por meio da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, priorizou oito iniciativas de entregas de bens e serviços à sociedade, consistentes na:
- implantação e ampliação de sistema de abastecimento de água com a aplicação de R\$ 35,8 milhões equivalendo a 75,58% do orçamento previsto;
  - implantação e ampliação de sistema de manejo de águas pluviais;
  - implantação, ampliação e aparelhamento de sistema de resíduos sólidos com aplicação de R\$ 104,5 mil;
  - implantação dos polos regionais;
  - desenvolvimento institucional em saneamento.

Promoveu, ainda, a implementação do “Programa Tocantins Sem Sede”, mediante aquisição de cisternas destinadas a atender famílias tocantinenses na zona rural e em assentamentos, ressentidas da falta de água em épocas de estiagem ou de difícil acesso a este recurso natural.

Esse programa, responsável pela aplicação de R\$ 35,8 milhões, com a aquisição de 11.350 cisternas para atender às famílias tocantinenses na região do Bico do Papagaio e do Sudeste.

Também por esse programa: a) reativou-se o processo de hidrometração de 1.140 unidades habitacionais no Município de Sítio Novo do Tocantins, em atendimento ao Convênio/FUNASA Nº. PAC/0251/2007; b) concedeu-se apoio técnico aos Municípios de Bernardo Sayão, Juarina, Pau D’arco, Arapoema, Bandeirantes, Nova Olinda, Couto Magalhães, Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do TO, por meio de orientações acerca da formação de consórcios públicos intermunicipais e da destinação legal dos resíduos sólidos.

Na área habitacional, foram regularizados 3.618 lotes nos municípios de Lizarda, Ponte Alta do TO, Palmas, Araguaína, Xambioá, Gurupi, Miranorte, beneficiando 3.618 famílias com um investimento de R\$ 256 mil, pela Secretaria da Habitação.

Em Porto Nacional, Pium, Ananás e Fortaleza do Taboão foram concluídas 300 unidades com recursos do Pró Moradia.

No interior do Estado está em andamento a construção de 4.640 unidades sob os auspícios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em fase de licitação, encontram-se as obras de construção de 3.241 unidades em Palmas, referentes a contratos reprogramados junto à Caixa Econômica Federal, num total de 8.181 famílias beneficiadas e um investimento de R\$ 5,12 milhões.

Na área de regulação, a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR realizou:

- fiscalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios conveniados com a ATR;
- acompanhamento de obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios conveniados com a ATR;
- convênio de cooperação técnica entre ATR/ATS para acompanhamento da transição da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário entre Saneatins e ATS;
- criação e adequação de resoluções para o setor de transporte de passageiros. Entre estas, a Resolução 67 que determina critérios para cadastramento dos prestadores de serviços e estabelece o tempo de vida útil dos veículos, entre outras normas;
- intensificação da fiscalização ao transporte de passageiros, que resultaram em 402 autuações e na emissão de 393 notificações em 2012;
- intensificação ao combate ao transporte clandestino e irregular de passageiros, visando garantir mais segurança aos cidadãos utilizam os serviços;
- identificação de todos os veículos regulares mediante adesivos contendo código de identificação e telefone da Ouvidoria da ATR;
- ouvidoria – modernização do sistema de atendimento ao público, ampliando a comunicação com o cidadão tocantinense, recebendo denúncias, sugestões e esclarecendo dúvidas.

No tocante às áreas de juventude e esporte realizaram-se diversos eventos desportivos e a celebração de convênios com federações, associações, ligas, dentre outras agremiações ligadas à promoção e desenvolvimento das práticas esportivas. Neste setor investiram-se recursos na ordem de R\$ 3 milhões.

No implemento da política de apoio e amparo à juventude foram realizadas 24 apresentações dentro do projeto “Papo Show” nas 12 regionais da Feira Literária Internacional - FLIT, atendendo a um público aproximado de 12 mil jovens.

A este público ministraram-se palestras e exibiram-se *shows* artísticos. Realizaram-se 12 Fóruns da Juventude nas doze regionais da FLIT, com a participação de gestores, educadores e mobilizadores, comparecendo um público aproximado de 720 participantes.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, promoveu a colocação de 16.192 trabalhadores no mercado e aprovou 26.686 habilitações para o recebimento do seguro desemprego.

Neste particular, foram atendidos por volta de 280 mil trabalhadores nas 13 unidades do Sine - Sistema Nacional de Empregos no Estado. No Sine de Palmas implantou-se o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência - Sine Especial que, além dos serviços gratuitos de sua competência, também se desincumbe do acompanhamento especializado de psicologia e pedagogia.

Para o ingresso no mercado de trabalho ou em atividades produtivas foram ofertadas capacitações a 1.958 trabalhadores em cursos de curta e média duração ou palestras nos Municípios de Palmas, Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

Também foram qualificados 232 trabalhadores nos Municípios de Palmas, Gurupi e Araguaína nos cursos de balconista de farmácia, recepcionista de serviços de saúde, vendedor, auxiliar de pessoal, operador de telemarketing, auxiliar de crédito e cobrança, auxiliar administrativo, operador de caixa, manicure-pedicure e frentista.

Com o intuito de aprimorar as práticas de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS diversas ações foram realizadas.

Dentre elas sobressai a capacitação de 357 trabalhadores do SUAS, por meio de oficinas, reuniões e participação em eventos.

Também se realizaram visitas técnicas em 52 municípios para efeito de acompanhamento dos serviços de média e alta complexidade da proteção social especial e orientação técnica quanto a Gestão Municipal no SUAS.

Realizaram-se, também, a VIII Conferência Estadual de Assistência Social, com a participação de 550 pessoas; e a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de 448 pessoas.

No que tange às políticas de segurança alimentar e nutricional foram capacitados 439 multiplicadores em 18 municípios tocantinenses por meio de palestras sobre educação alimentar e nutricional, higiene e conservação dos alimentos e oficinas práticas de alimentação saudável com aproveitamento integral dos alimentos e pães enriquecidos.

Realizaram-se visitas técnicas em diversos municípios para orientação e capacitação quanto ao uso racional de plantas não convencionais e medicinais a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Ainda no campo das políticas de segurança alimentar e nutricional, implantara-se 12 unidades de produção alimentar, compreendendo 8 roças comunitárias de mandioca, feijão e abobora, em oito comunidades remanescentes dos quilombos de Barra da Aroeira, no Município de Santa Teresa; Lajinha e São Joaquim, em Porto Alegre do Tocantins; Redenção, no Município de Natividade; Lagoa da Pedra, em Arraias; Malhadinha, em Brejinho de Nazaré; Baviera, no Município de Aragoninas; e Mumbuca, em Mateiros.

Implantou-se horta comunitária na comunidade de São Joaquim e instalaram-se 3 unidades de apicultura nas comunidades de Lagoa da Pedra, Barra da Aroeira e Baviera, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do Projeto Comunidades Quilombolas, com investimento aproximado de R\$ 260 mil.

Quanto aos serviços de proteção social básica foram realizados monitoramentos e orientações técnicas nos 139 municípios. Nestes se promoveu a implementação e execução dos serviços, a gestão do Cadastro Único e o acesso aos programas e benefícios de transferência de rendas. Entregaram-se 1.868 cartões do idoso em todo o Estado.

No que concerne aos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, realizaram-se, no enfrentamento do trabalho infantil, visitas técnicas em 30 municípios destinadas à orientação com ênfase ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), realizando-se, também, mobilizações abrangendo 46 municípios.

Diversos eventos se realizaram com a participação da sociedade, voltados para os segmentos da população com maior vulnerabilidade social e individual: Mobilização do Dia 18 de Maio no Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com a participação de conselhos e 24 municípios; mobilização do Dia 15 de Junho - Dia de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa em 22 municípios; realização da III Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência em Palmas com 100 participantes e outros.

Em atendimento às pessoas em vulnerabilidade social foram beneficiadas mais 140.000 famílias, nos 139 municípios, mediante doações de cestas básicas, auxílio funerário, cadeiras de rodas motorizadas, passagens terrestres, dentre outros materiais com recursos na ordem de R\$ 1,9 milhão.

Por meio do Programa Tocantins sem Fome cerca de 36.667 famílias foram beneficiadas com o cartão de crédito alimentar, com investimentos da ordem de R\$ 2,5 milhões.

De seu turno, o Programa Pioneiros Mirins beneficiou 40.847 crianças e adolescentes através do auxílio financeiro com recursos na ordem de R\$ 9 milhões.

Buscando sempre a solução dos problemas da sociedade, o Detran-Tocantins atendeu mais de 80.000 cidadãos com a expedição de CNH, através de suas unidades móveis, nos municípios que ainda não contam com Ciretran.

Em 2012 realizaram-se 35 campanhas educativas com a finalidade de orientar a população para um trânsito mais justo e humano.

O Corpo de Bombeiros investiu na aquisição de modernos equipamentos de salvamento, combate a incêndios e resgates diversos, na terra ou em água, atendendo à necessidade de prevenção e respostas a sinistros, de modo a permitir boa agilidade e adequada mobilidade nas ações da corporação.

Deu-se ênfase, por outro lado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, às políticas de investigação criminal e à medicina legal, através do reaparelhamento das polícias técnico-científicas, dos núcleos de medicina legal, criminalística, de identificação, e delegacias especializadas no atendimento à mulher, provendo às necessidades de Palmas e municípios do interior, com a substituição da frota de veículos, aparelhos técnicos e específicos de cada instituto, além de equipamentos de informática, de móveis e utensílios dessas unidades.

Promoveram-se, também, reformas nas instalações físicas da Academia de Polícia Judiciária, do Sistema Integrado de

Operações – SIOP e da sede da Secretaria de Segurança Pública, dentre outras edificações que compõem o sistema de segurança pública.

Neste campo ministraram-se mais de 500 horas-aulas em diversos cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais da segurança pública, incluindo Delegados, Agentes de Polícia e Penitenciários, Policiais Militares, Papiloscopistas, Peritos Criminais e técnicos do sistema.

Também, para o Telecentro, foram capacitados cerca de 3.400 servidores em 178 cursos diversos, incluindo os serviços de emergência – 190.

Com o setor aparelhado e as equipes capacitadas, realizaram-se operações aéreas e terrestres.

Nessas operações, que contaram inclusive com a participação do Exército Brasileiro, apreenderam-se mais de 21 toneladas de drogas, dentre crack, maconha e cocaína; autuaram-se em flagrante delito 130 pessoas; e realizaram-se numerosas apreensões de armas e veículos furtados e roubados, desarticulando-se quadrilhas de assaltantes a bancos e sequestradores.

Quanto às unidades prisionais do sistema de segurança, foram realizadas intervenções nas instalações físicas, compreendendo serviços de alvenaria, instalações elétricas, hidrossanitárias, telhados, cozinhas, cercas e muros das unidades prisionais de Barra da Grota, Casa de Prisão Provisória de Palmas e demais Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Nesta área, atendem-se a 843 sentenciados e a 112 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Sob responsabilidade da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos são fornecidas mais ou menos 1.730.160 refeições anuais, atendendo a 1.602 reeducandos dos regimes aberto e semi-aberto, distribuídos nas 43 Unidades Prisionais do Estado do Tocantins.

No Balcão da Cidadania e no PROCON prestaram-se, em 2012, mais de 9.500 atendimentos aos cidadãos.

Também, foram realizados 245 casamentos comunitários nos municípios de Nova Olinda, Palmas, Santa Fé do Araguaia, Taguatinga e Tocantínia.

A Polícia Militar realizou: a) 6.253 atos de prisão e apreensão em flagrante; b) recuperação de 715 veículos furtados e roubados; c) apreensão de 358 armas de fogo; d) apreensão de substâncias entorpecentes em 401 eventos; e) atuação em 342 crimes de trânsito.

Em 2012, nas atuações da Polícia Militar, recuperaram-se, em dinheiro, R\$ 342 mil.

A Companhia Independente de Policiamento Rodoviário Ambiental – CIPRA realizou a apreensão de material de pesca ilegal, armas, ilegalmente portadas, e pessoas infratoras da legislação protetora do meio ambiente.

Neste setor, foram aplicadas multas no valor de R\$ 2,7 milhões. Ministraram-se 11 cursos de capacitação para 134 policias militares.

No Centro de Atenção Integral à Saúde do Policial Militar foram atendidos 7.135 policiais, sendo 3.882 na psicologia, 2.178 no serviço social e 1.075 na psiquiatria.

Em 2012 foram matriculados 896 alunos no Colégio Militar de Palmas e formados 210 alunos.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD atendeu, com o acompanhamento dos pais, a 36.292 estudantes, compreendendo 16.870 da educação infantil, 15.525 do 5º ano e 3.897 do ensino fundamental.

Em 2012 o PRODIVINO concedeu empréstimos financeiros a 5.428 famílias em todo o Estado, por meio do programa Nossa Oportunidade, concedendo empréstimos a empreendedores urbanos e rurais, formais e informais, com recursos da ordem de R\$ 6,1 milhões.

Por meio do programa de Microcrédito Orientado foram atendidos 222 empreendedores com a concessão de crédito na ordem de R\$ 1,9 milhão. Além da concessão do crédito são realizadas orientações aos empreendedores para conhecimentos necessários ao bom desempenho dos negócios.

O PRODIVINO também beneficia servidores públicos do Estado por meio de empréstimos consignados com taxa de juros de 1,5% a.m. e com limite de R\$ 8 mil. Em 2012 foram realizados 402 empréstimos com recursos de R\$ 3,2 milhões concedidos.

#### ÁREA ESTRATÉGICA: VALORIZAR O MEIO AMBIENTE

A área estratégica **Valorizar o Meio Ambiente** é composta por três objetivos básicos destinados a promover o equilíbrio entre as atividades produtivas e o meio ambiente; garantir o monitoramento e controle dos recursos naturais; incorporar novas tecnologias ao sistema de gestão ambiental; e desenvolver a cultura do uso racional dos recursos naturais.

No ano de 2012, desenvolveram-se, nesta área, as seguintes ações estratégicas:

- realização de estágios, eventos (fóruns, seminários, oficinas, feiras, encontros, conferências, capacitações, *workshops*, entre outros) e programas de comunicação, todos com vistas à formação de técnicos e a interação com a comunidade, visando a disseminar conteúdos ambientais educativos que promovam a democratização das informações e a sensibilização da comunidade tocantinense;
- realização de parcerias com os municípios, para levantamento de dados relativos ao Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA e para a elaboração de projetos de sustentabilidade ambiental, como o Projeto Coletivos Educadores Regionais para Sustentabilidade;
- capacitações e seminários envolvendo equipes municipais com o Projeto Corredor Ecológico do Jalapão, implementado pelo Instituto Chico Mendes de Bio diversidade-ICMBio, em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional-JICA;
- no tocante à fiscalização ambiental foram apreendidos 34.585 metros de redes ou malhas de pescar, 8,5 toneladas de peixes, 1.640 metros de carvão, 1.012 m<sup>3</sup> de madeiras. Foram emitidos 681 autos de infração e 510 termos de apreensões. Essa fiscalização resultou na aplicação de R\$ 6,54 milhões;
- em geral foram concedidas 8.925 licenças, sendo 2.278 para empreendimentos, 6.250 para florestas e 397 para outorgas;
- com a interação da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS e da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, foi elaborado o Projeto CAR-TO Legal, que prevê a implementação do PEGAM em 46 municípios;

- incentivo à inscrição no Cadastro Estadual de Entidades Ambientistas – CEATO;
- celebração de convênio entre a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, visando à execução do Projeto Fortalecimento da Gestão de Resíduos Sólidos no Tocantins, inclusive o apoio do projeto de gestão na Ecopraia da Tartaruga, no Município de Peixe;
- elaboração do Projeto GEF – Cerrado Sustentável, com o objetivo de consolidar as quatro Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado: Cantão, Jalapão, Lajeado e Monumento Natural das Árvores Fossilizadas – MONAF; e elaboração de estudos para criação de novas Unidades de Conservação;
- eventos preparativos para a Consulta Pública Presencial, referente ao Plano de Investimento para Florestas do Cerrado – FIP, no Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- consulta pública presencial sobre o Plano de Investimento para Florestas do Cerrado – FIP no Serviço Florestal Brasileiro – SFB/CENAFLORE;
- ações de apoio à revitalização dos rios na área urbana do Município de Ponte Alta do Tocantins;
- audiências públicas para apresentação das Diretrizes do Plano de Controle de Poluição Veicular Tocantins PCPV/TO;
- ações de apoio ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e fortalecimento do ICMS Ecológico;
- implementação do Programa Mais Ambiente e do Programa TO-Legal no Estado do Tocantins: fortalecimento da gestão florestal e da regularização ambiental da propriedade rural e apoio à implementação do Programa de Controle de Queimadas do Tocantins – PACQTO;
- início da revitalização de época na planície do Araguaia. Este projeto está sendo executado nos Municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia e pretende atingir, além dos produtores rurais, toda a comunidade local;
- parcerias com o MMA/CAIXA e o BIRD para elaboração e reformulação do Plano e da Política Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins, que visa a nortear a tomada de decisão do Estado com relação à gestão dos resíduos sólidos do Plano e da Política Estadual de Florestas; da Política de Uso Sustentável do Capim Dourado e do Buriti; do Plano estadual de adaptação e mitigação às mudanças climáticas; da Política Estadual de Mudanças Climáticas e do Plano e da Política Estadual de serviços ambientais e pagamento por serviços ambientais;
- realização do diagnóstico da bacia hidrográfica, com a elaboração dos mapas de hidrografia, infraestrutura viária, uso e cobertura da terra, pedológico, topográfico, erosão, susceptibilidade à erosão, áreas ativas de rio, priorização de áreas de conservação e restauração e elaboração do plano de conservação do solo;
- implantação do Protocolo do Fogo, Monitoramento e elaboração do Plano de Ação para 2012 do Controle do Uso do Fogo;
- plantio de mudas nativas do cerrado;
- plantio de mudas nativas no Assentamento União II, entorno do Parque Estadual do Cantão, em Caseara;

- soltura dos filhotes no PEC: Projeto Quelônios;
- apoio ao processo de criação da Unidade de Conservação da Serra da Cangalha;
- monitoramento e conservação da fauna e flora de interesse nas UC's e entorno: seis metas/projetos: lobo-guará, pato mergulhão, fauna atropelada, fauna apreendida, quelônios e capim dourado;
- análises de processos de Licenciamento Ambiental, Outorga de Água e Licenciamento Florestal da Propriedade Rural;
- mobilização dos municípios para a entrega dos documentos necessários à comprovação do ICMS Ecológico;
- monitoramento e fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos;
- monitoramento e fiscalização ambiental em propriedades rurais com Termos de Compromisso para Recuperação de Danos Ambientais TECORDA visando averiguar o cumprimento dos TECORDAS e demais exigências ambientais;
- fiscalização ambiental através das Gerências Regionais, com vistas a coibir crimes ambientais, como: pesca predatória, caça, desmatamento ilegal, extração e comercialização ilegal de produtos e subprodutos florestais, instalação e operação de atividades e empreendimentos sem licença e outros;
- fiscalização no Parque Estadual da Ilha do Bananal/Cantão e Parque Estadual do Jalapão em apoio à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas;
- realização de *blitze* em pontos estratégicos visando a prestar orientações à sociedade sobre o uso racional dos recursos naturais e as sanções previstas em lei, bem assim aplicar as penalidades em casos de identificação de crimes contra o meio ambiente;
- recolhimento de animais silvestres para soltura ou encaminhamento para tratamento ou reabilitação para soltura.

#### ÁREA ESTRATÉGICA: DESENVOLVER O CONHECIMENTO

A área estratégica **Desenvolver o Conhecimento** tem as seguintes finalidades: desenvolver o conhecimento científico e tecnológico e incorporar novas tecnologias ao sistema produtivo local; melhorar a qualidade da educação básica; ampliar a oferta de ensino profissionalizante e superior, com foco no desenvolvimento produtivo local; garantir à população o acesso à cultura; e promover a cultura local.

Na prossecução desses objetivos, a Secretaria da Educação realizou em 2012 a II Feira Literária Internacional do Tocantins – Flit nos municípios sede de 12 Regionais de Ensino e na Capital.

Os eventos literários destinaram-se a desenvolver o hábito pela leitura e o aprimoramento técnico dos trabalhadores em educação, bem assim contribuir para a formação integral dos educandos.

Estes eventos contaram com a participação de mais de 500 mil pessoas.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento dos profissionais da Educação, a Secretaria de Educação ofertou a cerca de 10 mil gestores e técnicos e 10.858 professores da Educação Básica cursos de formação realizados nas Feiras Literárias Regionais e Internacional – FLITs e em outras capacitações com investimentos de R\$ 4,9 milhões.

Em 2012 foram atendidos 219.899 alunos da Rede Estadual de Ensino com alimentação, suprimindo as necessidades nutricionais dos alunos da rede no decorrer dos duzentos dias letivos.

Neste interregno garantiu-se o fornecimento de duas refeições diárias aos alunos das escolas de tempo integral, assegurando-lhes a higidez física, o prazer pelo estudo e o crescimento intelectual.

Para suprir as necessidades básicas dos alunos foram distribuídos 245 mil *kits* de material escolar, três mil pares de tênis e materiais didáticos (livros e guias de aprendizagem). Também foram entregues uniformes escolares a 214.798 educandos.

No que se refere ao transporte escolar, foram adquiridos 220 ônibus, realizadas, também, parcerias com municípios (transferências de recursos financeiros e cessão de uso de ônibus) e repasses às associações de apoio às unidades escolares, com investimento de R\$ 67 milhões, beneficiando mais de 26 mil alunos.

A Educação Integral foi ampliada por meio da implantação de seis unidades que foram adaptadas em sua estrutura física. Neste regime os alunos entram às 7h30min e saem às 17h30min, recebendo três refeições diárias (café da manhã, almoço e lanche). Em 2012 foram atendidos mais de 11 mil alunos em 41 unidades de tempo integral.

De grande importância, também se reveste o Programa Mais Educação, do Governo Federal, que passou a oferecer educação em tempo integral em mais 215 das nossas unidades escolares.

Neste regime, as crianças são liberadas para almoçar em suas residências e retornam para cumprir a jornada ampliada no contra turno.

Por meio do Programa, em 2012, foram atendidos mais de 42 mil alunos em 305 unidades escolares.

Na rede estadual, todas as escolas foram atendidas por meio do repasse financeiro às associações de apoio às unidades escolares para manutenção, aquisição de materiais e serviços, com recursos na ordem de R\$ 40 milhões.

Em relação à rede física, 36 unidades escolares foram beneficiadas com ampliações, sendo dez obras finalizadas e 16 em andamento. Foram construídas 6 unidades escolares, reformadas e aparelhadas 73, com recursos de aproximadamente R\$ 45 milhões.

Pela REDESAT foram entregues as 24 matérias em cada semestre do exercício 2012, conforme proposto à Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, que tiveram transmissão nacional ou publicação no site da EBC ([www.ebc.com.br](http://www.ebc.com.br)), relacionadas aos acontecimentos e fatos relevantes à cultura, política, educação, saúde, tecnologia e cidadania no Estado do Tocantins.

Foram realizados dois encontros de Formação Continuada da Educação Profissional, um em Natividade e outro em Pedro Afonso.

Esses encontros tiveram por objetivo promover a melhoria da qualidade do ensino ofertado nos cursos das escolas técnicas da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Com a finalidade de incentivar a cadeia produtiva do artesanato tocantinense foram realizadas 8 oficinas para os artesãos nos Municípios de Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Mateiros, Rio Sono, Lizarda e São Félix.

Promoveu-se, por meio do Projeto Trabalho, Artesanato e Autonomia das Mulheres, um *workshop* em parceria com o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor e a Fundação Banco do Brasil e capacitações visando à profissionalização, beneficiando mais de oitenta artesãos em diversas regiões do Estado.

Neste projeto aplicaram-se recursos na ordem de R\$ 24 mil.

O artesanato também foi incentivado através do apoio aos artesãos na exposição de produtos tocantinenses em feiras estaduais e nacionais, em especial na Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Tocantins – Fecoart, a FLIT, nas 13 Regionais da Feira, na Rio + 20, na XIII Feira Nacional de Negócios do Artesanato em Pernambuco – Fenearte, na Feira Nacional do Artesanato em Minas Gerais – FNA e na Feira de Artesanato no Rio de Janeiro, investindo-se recursos da ordem de R\$ 580 mil.

Foram realizados e apoiados diversos eventos artístico-culturais em todo o Estado, fomentando e incentivando a cultura tocantinense tradicional, a produção cultural, a circulação e o acesso da população aos bens culturais, aplicando-se, neste caso, cerca de R\$ 5 milhões.

Por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPT foram lançados 11 editais no ano de 2012 com objetivo de fomentar a pesquisa científica e a inovação para o desenvolvimento do Estado.

Foram aprovados 71 projetos de pesquisa com investimentos aplicados no importe de R\$ 3,45 milhões.

Também foram efetivadas parcerias com órgãos federais nos programas Bolsas de Iniciação Científica Junior – IC-Jr no valor de R\$ 1,2 milhão e no de Bolsas de Desenvolvimento Científico Regional – DCR, no valor de R\$ 1,76 milhão.

Ademais, celebrou-se convênio com o Ministério da Saúde para implementação do Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS, com a captação de R\$ 600 mil.

#### **ÁREA ESTRATÉGICA: MODERNIZAR E IMPLANTAR A GESTÃO PARA RESULTADOS**

A área estratégica **Modernizar e Implantar a Gestão para Resultados** compõe-se de cinco objetivos, a saber: desconcentrar a administração pública do Estado; melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; ampliar a capacidade de execução dos programas temáticos com a integração e transversalidade; otimizar o perfil do gasto e da relação custo-benefício na gestão pública; e melhorar a eficiência da arrecadação fiscal.

Para a consecução desses objetivos, o Governo pôs à execução, em 2012, de sua Política de Fortalecimento de Recursos Humanos e Institucional, visando sempre a excelência dos serviços prestados e a democratização da ação governamental, com as seguintes iniciativas:

- retomada e finalização do Concurso do Quadro Geral 2008/2009, em que foram ofertadas 6.352 vagas e contou com a participação de 197.630 candidatos inscritos, considerado o maior concurso público já realizado no Estado;
- celebração de acordos com entidades sindicais representativas dos servidores pertencentes do Quadro de Profissionais da Saúde e do Quadro Geral do Poder Executivo. Esses acordos tiveram a finalidade de alterar os respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração proporcionando

inestimáveis benefícios aos servidores. Dentre esses benefícios se alinha a ampliação da atual tabela de progressão dos servidores públicos, com evolução funcional suprimida em decorrência das Leis 2.163 e 2.164, ambas de 2009, que tratam do acordo dos 25%;

- concessão de Progressão Horizontal e Vertical a todos os quadros de pessoal do Poder Executivo beneficiando 14.569 servidores, ao custo financeiro anual, a partir de 2013, no valor de R\$ 81,8 milhões;

- nova jornada de trabalho dos servidores públicos do Tocantins de 6 horas corridas, das 12h30 às 18h30, no período do horário de verão. A estimativa é de que a jornada de trabalho gere uma economia aproximada de R\$ 2,3 milhões, considerando as despesas de água, luz e telefone apenas no município de Palmas;

- remodelagem da estrutura organizacional do Poder Executivo, consistente na reforma organizacional das estruturas operacionais de todos os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Estado;

- implantação do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos – ERGON, com implantação iniciada em 2012. A partir da folha de pagamento de janeiro de 2013 espera-se a operação plena do sistema que irá permitir a interligação, via Internet, da Secretaria da Administração com as Unidades Setoriais de Recursos Humanos;

- o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – Plansaúde realizou em 2012 mais de 1.620.000 atendimentos, abrangendo consultas, internações, exames laboratoriais, atendimentos odontológicos, procedimentos especiais e cirúrgicos, materiais e medicamentos, dentre outros. São aproximadamente 85.000 pessoas cadastradas no plano, incluindo titulares e dependentes. O Governo Estadual, através do Plansaúde, injeta ao ano na economia do Estado mais de R\$ 134 milhões;

- a Escola de Governo capacitou mais de 2.690 servidores. Os eventos abrangeram palestras setoriais e cursos voltados para o desenvolvimento de competências gerenciais, específicas, técnico-administrativas e de informática, para os níveis superior, médio e fundamental.

O Governo também envidou esforços, por meio da Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, na obtenção de resultados.

Realizou o II Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento Público, o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento e a preparação de modelo de acompanhamento de ação orçamentária e do Plano Plurianual, utilizado para o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária da Controladoria Geral do Estado.

Também houve a realização de oficina de projeção da receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias para noventa servidores da administração pública e de outros Poderes.

Contribuindo para a implantação da gestão de resultados, finalizou-se a estruturação dos Painéis de Contribuição dos órgãos, com objetivos, indicadores, metas e iniciativas.

Foram realizadas Reuniões de Acompanhamento da Estratégia – RAE, com a finalidade de avaliar os avanços alcançados nos indicadores dos objetivos dos painéis de contribuição dos órgãos.

Priorizaram-se iniciativas referentes às cinco áreas temáticas do mapa estratégico com base nas 42 iniciativas transformadoras.

Quanto às questões orçamentárias e de Gestão por Resultados, a Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública desenvolveu várias ações no exercício de 2012 para o alcance dos seus objetivos, dentre as quais destacam-se:

- elaboração do Relatório de Avaliação e do Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentário-Financeira;
- alterações orçamentárias: crédito adicional, crédito especial, transposição de dotação, remanejamento e transferência de dotação;
- implantação do Gespública no âmbito da Pasta;
- na administração da Unidade Rápida de Atendimento ao Cidadão “É PRA JÁ”, realizaram-se 253.565 atendimentos em Araguaína e 171.496 em Gurupi;
- execução do convênio entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Pasta, com o objetivo de modernizar a gestão pública (PNAGE), custeando-se, entre outros, os cursos de capacitação, pós-graduação, implantação de sistema de recursos humanos e folha de pagamento (ERGON), participação em congressos, *workshops*, visitas técnicas em diversos Estados;
- realização de audiências públicas na Assembleia Legislativa sobre o cumprimento de metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre de 2011 e ao primeiro e segundo quadrimestres de 2012;
- elaboração do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA;
- elaboração dos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Metas Fiscais de Receita e Despesa, Resultado Primário e Nominal, Evolução do Patrimônio Líquido, Avaliação da Situação Atuarial e Financeira do Regime Próprio de Previdência do Estado; Renúncia e Compensação de Receita e Anexos Fiscais);
- avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, nas regiões do Bico do Papagaio, Nordeste e Jalapão;
- atualização da versão preliminar do Perfil Socioeconômico Municipal e Regional do Tocantins, com os principais indicadores econômicos e sociais dos 139 municípios do Estado;
- preparação dos Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins, versão 2012;
- no âmbito da licitação foram realizados 582 certames licitatórios no período de janeiro a dezembro, alcançando a economia de aproximadamente R\$ 29,6 milhões, gerada pela diferença do estimado e do valor da aquisição, atingindo um percentual de 9,6%, abrangendo as licitações, registros de preços e as aquisições realizadas pelas compras eletrônicas;
- elaboração da “Base de Dados Geográficos do Tocantins”, com arquivos georreferenciados, contendo informações sobre recursos naturais, infraestrutura, dados físicos, limites municipais, terras indígenas e unidades de conservação;
- disponibilização do “Atlas do Tocantins – 2012”, de

quarenta mapas temáticos sobre o território tocantinense, nas áreas de uso da terra, recursos naturais, planejamento territorial, socioeconomia, infraestrutura, ambiental, e divisão político-administrativa;

- formulação e aprovação, na Assembleia Legislativa, da Lei 2.656, de 6 de dezembro de 2012, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins – ZEE;
- “Atualização Cartográfica e Mapeamento do Uso do Solo” para o Município de Palmas;
- elaboração de portfólio de projetos para captar recursos no Banco Mundial, BNDES, Banco do Brasil, Banco Chinês e Tesouro Nacional;
- captação de recursos financeiros nos organismos nacionais e internacionais para ampliação da capacidade de investimento do Estado. Ao todo foram contratados, em 2012, US\$ 1,07 bilhões, o equivalente a R\$ 2,19 bilhões (valor do dólar em 17 de janeiro de 2013). Esses recursos serão aplicados para ampliar a capacidade de distribuição de água para irrigação, modernizar a administração fazendária, pavimentar rodovias, aumentar o capital da Agência de Fomento;
- estão em fase de contratação US\$ 168,5 milhões, o equivalente a R\$ 343 milhões (valor do dólar em 17 de janeiro de 2013), previstos para a promoção da inclusão social, com aumento da geração de renda das comunidades locais e conservação ambiental e para a prevenção e combate às queimadas, acidentes ambientais, além da fiscalização e investigação policial dos crimes contra o meio ambiente;
- assinatura do acordo de empréstimo firmado entre Estado do Tocantins e o Banco Mundial – BIRD, referente ao Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS, no valor de US\$ 375 milhões, sendo US\$ 300 milhões o valor do empréstimo e US\$ 75 milhões o valor da contrapartida do Estado. O PDRIS vai apoiar a agenda de desenvolvimento do Estado contribuindo para a melhoria da competitividade e integração regional, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Visa também a contribuir para a efetividade do transporte rodoviário e da logística do Tocantins;
- criação da Comissão Técnica da Hidrovia Tocantins-Araguaia. Propostas para a implantação dos trechos da hidrovia do rio Tocantins, de Peixe a Aguiarnópolis em parceria com o DNIT, AHITAR, MARINHA e PIPES;
- criação da Comissão Técnica de Parcerias Público-Privadas – PPP- TO;
- reestruturação da Comissão Técnica para Elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional da Área de Influência da Ferrovia Norte Sul. Defesa dos interesses do Tocantins na conexão das ferrovias Leste-Oeste e Norte-Sul. Declaração de interesse público das áreas de influência das plataformas multimodais;
- apresentação da Proposta de Parcerias Público-Privadas pela Empresa Mitsubishi Corporation do Brasil S.A./JICA/NIPPON.

O Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins – PROFISCO conta com várias fases em desenvolvimento, que se estendem desde reformulação, ampliação, modernização e segurança dos sistemas de gestão fazendária, dos processos dos equipamentos de informática e treinamento das equipes de fiscalização, auditorias e técnicos da Secretaria da Fazenda.

Foi aprovado, no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, financiamento de US\$ 45 milhões, com contrapartida de 10% do valor total.

Os múltiplos projetos beneficiários deste financiamento possibilitarão ao Estado maior eficiência e justiça na cobrança dos impostos e na melhoria da relação estado-contribuinte, proporcionando agilidade no atendimento, eficácia das informações e diminuindo substancialmente a burocracia estatal nas soluções dos problemas.

Cabe ressaltar a Participação no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ ao longo do processo de discussão da metodologia definidora dos novos índices do Fundo de Participação dos Estados – FPE e a capacitação de 499 disseminadores da educação fiscal no segundo semestre de 2012, num total de 749 alunos inscritos, em oito polos do Estado e 927 servidores da Secretaria da Fazenda em 41 cursos ofertados em diversas modalidades.

Realizou-se por meio da Secretaria de Relações Institucionais, em 2012, o Encontro do Governo do Estado com os Prefeitos Eleitos no Tocantins, pautado no relevante interesse em promover as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico em conjunto com a administração dos municípios tocantinenses.

Ainda no Encontro com os Prefeitos, foram assinadas ordens de serviços para início de obras envolvendo dezenas de municípios com construções de bueiros, rodovias, pontes e manutenção de estradas vicinais, obras garantidas com os recursos do Banco Mundial no montante de R\$ 174 milhões.

A educação também foi contemplada com a assinatura de duas parcerias. A primeira rege a construção de novas escolas de tempo integral, dentre elas, duas em Palmas, e a construção do prédio do novo Colégio Militar de Palmas, abrindo-se assim mais de 13 mil novas vagas em escolas em todo o Estado e a aquisição de mais 140 novos ônibus.

A segunda parceria é com a Universidade Federal do Tocantins – UFT que oferecerá cursos extensivos em administração pública, inclusive para os assessores dos novos prefeitos, a fim de que adquiram técnicas para captação de recursos federais e internacionais.

Pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV foram realizados 7.315 atendimentos previdenciários aos segurados e ex-segurados em informações gerais sobre concessão de benefícios, emissão de certidão de tempo de contribuição, regularização ou recolhimento previdenciário, simulação de benefícios, comprovante de coleta de informações previdenciárias e checagem dos documentos apresentados para requisição dos benefícios e serviços, montagem e autuação dos processos, com uma média mensal de 610 atendimentos.

Com o firme propósito de atuar em conjunto com os municípios, a Controladoria Geral do Estado realizou no ano de 2012, juntamente com outros órgãos, treinamentos e capacitações aos prefeitos e vereadores eleitos e técnicos municipais, disseminando o tema “Transparência e Informação” na gestão pública.

No Plano Nacional de Transparência e Controle Social, destaca-se que o Tocantins contribuiu com vinte propostas, das quais oito foram priorizadas, fazendo parte do resultado final da conferência realizada em Brasília-DF.

A Controladoria Geral do Estado desenvolveu um sistema informatizado de gestão: o Sistema de Acompanhamento da

Execução Orçamentária que propõe melhor eficiência e eficácia no acompanhamento dos gastos públicos, garantindo celeridade e maior confiabilidade dos dados financeiros utilizados nas prestações de contas.

A Controladoria Geral intensificou os trabalhos junto aos gestores com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do acompanhamento permanente da realização dos gastos.

As verificações são discutidas e tratadas, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas cujas recomendações visaram, em especial, à melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos.

Em 2012, a Controladoria analisou mais de 650 processos das unidades orçamentárias.

Cumprindo, finalmente, enaltecer as excelentes relações mantidas, no ano de 2012, entre os Poderes Legislativo e Executivo.

O Estado tudo tem para orgulhar-se de sua Casa de Leis que, como sempre, trouxe ao debate temas altamente estratégicos para o desenvolvimento social da nossa gente.

Acima das divergências partidárias, o Parlamento tem atuado de forma independente, mas colaborativa, para a solução legislativa dos desafios enfrentados no aperfeiçoamento da atividade pública.

Conto, como sempre, com a parceria da Assembleia Legislativa para o avanço, em 2013, da grande obra coletiva de construção de um Tocantins economicamente forte e socialmente justo, sem misérias e pleno de oportunidades.

Muito obrigado.

**JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS**

Governador do Estado

## Ata das Sessões Plenárias

---

**7ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa**

**em 1º de fevereiro de 2013**

**Ata da Sessão Especial de Posse dos Membros da Mesa Diretora, para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 7ª Legislatura, para o período de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2015.**

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às nove horas, os Senhores Deputados se reuniram no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados: Stalin Bucar, Primeiro-Secretário e Iderval Silva, Segundo-Secretário, em consonância ao disposto no artigo doze, parágrafos primeiro e segundo do Regimento Interno. “Sob a proteção de Deus havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, e, em consonância com disposto no artigo doze, parágrafo quarto do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Especial de Posse dos Membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para o período de primeiro de fevereiro de dois mil treze a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze, referente à terceira e quarta Sessões Legislativas da sétima Legislatura, com a presença dos Senhores

Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Freire Júnior, Iderval Silva, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto e José Bonifácio. Em seguida, o Senhor Presidente convidou para compor a Mesa as autoridades seguintes: o Excelentíssimo Senhor Eduardo Siqueira Campos, Secretário de Estado das Relações Institucionais, representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos; o Excelentíssimo Senhor Deputado Sandoval Cardoso, Presidente eleito; a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; o Excelentíssimo Senhor Deputado Osires Damaso, Primeiro Vice-Presidente eleito; o Excelentíssimo Senhor Senador Marco Antonio Costa; o Excelentíssimo Senhor Deputado Eduardo do Dertins, Segundo Vice-Presidente eleito; o Excelentíssimo Senhor Deputado José Geraldo, Primeiro-Secretário eleito; o Excelentíssimo Senhor Deputado Toinho Andrade, Segundo-Secretário eleito; o Excelentíssimo Senhor Deputado Iderval Silva, Terceiro-Secretário eleito; a Excelentíssima Senhora Deputada Josi Nunes, Quarta-Secretária eleita; a Excelentíssima Senhora Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada Federal; o Excelentíssimo Senhor Angelo Agnolin, Deputado Federal; o Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Palmas, Dom Pedro Brito Guimarães; a Excelentíssima Senhora Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Procuradora-Geral de Justiça; o Excelentíssimo Senhor Marlon Costa Luz Amorim, Defensor Público Geral do Estado do Tocantins; o Excelentíssimo Senhor Carlos Amastha, Prefeito de Palmas; o Excelentíssimo Senhor Vereador Major Negreiros, Presidente da Câmara Municipal de Palmas; o Excelentíssimo Senhor Procurador João Gabriel Morais Queiroz, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Tocantins; e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Manoel Pires, Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, representando o Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente convidou todos os presentes para ouvirem o Hino Nacional, interpretado pelo Grupo Vocal VozToc. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura da relação dos nomes dos Senhores Deputados proclamados eleitos na Sessão Extraordinária de Eleição dos Cargos da Mesa Diretora, ocorrida em cinco de julho do ano de dois mil e doze, para os cargos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, para o período de primeiro de fevereiro de dois mil e treze a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze. De acordo com o resultado da eleição da Mesa Diretora, e em obediência ao disposto no artigo doze, parágrafo segundo do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou empossado para o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o Senhor Deputado Sandoval Cardoso, para o período de primeiro de fevereiro de dois mil e treze a trinta e um de janeiro de dois mil e quinze. Logo após, assumiu a Presidência dos trabalhos o Presidente empossado, Deputado Sandoval Cardoso e, em seguida, convidou os demais membros da Mesa Diretora a ficarem de pé, a fim de serem empossados e, ato seguinte, declarou empossados nos respectivos cargos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins os Senhores

Deputados: Osires Damaso, no cargo de Primeiro Vice-Presidente; Eduardo do Dertins, no cargo de Segundo Vice-Presidente; José Geraldo, no cargo de Primeiro-Secretário; Toinho Andrade, no cargo de Segundo-Secretário; Iderval Silva, no cargo de Terceiro-Secretário; e a Senhora Deputada Josi Nunes, no cargo de Quarto-Secretário. Em seguida, usaram a tribuna a Senhora Deputada Josi Nunes, representando a Bancada de Oposição; o Senhor Deputado Marcello Lelis, representando a Bancada de Governo; o Senhor Deputado Raimundo Moreira, que fez o seu pronunciamento encerrando o seu mandato como Presidente desta Casa; e o Senhor Deputado Sandoval Cardoso, que fez o seu pronunciamento iniciando o seu mandato como Presidente da Assembleia Legislativa. Logo após, o Senhor Presidente convidou a todos para assistirem a apresentação do cantor Genésio Tocantins, que interpretou a música "Hino ao Tocantins". Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão Especial de Posse dos Membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins, às onze horas e catorze minutos, convocando Sessão Ordinária de Abertura dos Trabalhos Legislativos para o dia cinco de fevereiro de dois mil e treze, às nove horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

## Atos Administrativos

### DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 090/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 306, de 04 de julho de 2012,

#### RESOLVE:

**Art. 1º EXONERAR Senhora Simão Silveira**, do cargo em comissão de Assistente de Gabinete das Comissões Permanentes, do Gabinete do Deputado **Raimundo Moreira**, a partir de 31 de janeiro de 2013.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 31 dias do mês de janeiro de 2013.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**  
Presidente

### DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 118/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 306, de 04 de julho de 2012,

#### RESOLVE:

**Art. 1º EXONERAR Rose Dayanne Santana Nogueira**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar AP-11, do Gabinete do Deputado **Zé Roberto**, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2013.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**  
Presidente

## DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 122/2013

**O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 306, de 04 de julho de 2012,

### RESOLVE:

**Art. 1º** DECLARAR ponto facultativo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, os dias 11 (segunda-feira) e 13 (quarta-feira, das 8 às 14hs) de fevereiro de 2013

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica aos servidores cujos serviços executados, por sua natureza, exijam plantão permanente.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 6 dias do mês de fevereiro de 2013.

Deputado **SANDOVAL CARDOSO**  
Presidente

## PORTARIA N.º 302/2011 – P

**O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

**Considerando** o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual o coordenador da Coordenadoria de Apoio à Atividade Parlamentar solicita participação, no curso de “ESPECIALIZAÇÃO (lato sensu) EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL”, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

**Considerando** o disposto no Termo de Referência, fls. 07/12, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da “UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA – UBEC, mantenedora da **Faculdade Católica do Tocantins**”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço,

**Considerando** o disposto no DESPACHO N° 0125/2011, fls. 42/43, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

**Considerando ainda**, o Parecer Jurídico n.º 0248/2011–PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 44/45, ratificado às fls. 46, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima, para capacitação de servidor desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, *Inciso II*, C/C 13, VI, da Lei Federal nº 8.666/1993,

### RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa “**UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA – UBEC**, mantenedora da Faculdade Católica do Tocantins”, CNPJ n.º 00.331.801/0001-30, processo nº 00706/2011, no valor parcial de R\$ 5.270,00 (cinco mil, duzentos e setenta reais), visando à inscrição do servidor CARLOS ROBERTO PREHL, no curso de “**Especialização (lato sensu) em Direito Processual Civil**”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 11 dias do mês de novembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**  
Presidente

## PORTARIA N.º 314/2011 – P

**O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

**Considerando** o disposto na SMS, de fls. 02, do procedimento administrativo nº 00756/2011, pela qual a diretora da Diretoria de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa, solicita a contratação de empresa especializada para realizar serviços de MODERNIZAÇÃO DE QUATRO ELEVADORES, para esta Casa de Leis, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa,

**Considerando** o disposto no Termo de Referência, fls. 19/27, da Diretoria de Área Administrativa, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço,

**Considerando** a apresentação da proposta comercial para modernização de elevadores pela empresa “**ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**”, quanto ao objeto, ao preço, prazo de execução, benefícios, segurança e outros itens necessários a execução dos serviços, bem como a apresentação pela citada empresa de toda documentação de regularidade fiscal, jurídica e atestados de exclusividade da marca fornecidos pelos órgãos próprios ao tipo de serviço,

**Considerando** o disposto no DESPACHO N° 0135/2011, fls. 46/47, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade da contratação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

**Considerando ainda**, o Parecer Jurídico n.º 0265/2011–PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 48/49, ratificado às fls. 50, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa referida acima, para modernização dos elevadores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, *Inciso I e 26, II e III*, da Lei Federal nº 8.666/1993,

### RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, *Inciso I e 26, II e III*, da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de

junho de 1993, em favor da empresa “ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A”, CNPJ n.º 00.028.986/0147-53, processo nº 00756/2011, no valor total de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), visando à aquisição dos serviços de modernização de quatro elevadores, para esta casa de leis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, aos 30 dias do mês de novembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**  
Presidente

## DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA

Amália Santana - PT

Amélio Cayres - PR

Eduardo do Dertins - PPS

Eli Borges - PMDB

Freire Júnior - PSDB

Iderval Silva - PMDB

Jorge Frederico - PSD - Suplente

José Augusto - PMDB

José Bonifácio - PR

José Geraldo - PTB

Josi Nunes - PMDB

Luana Ribeiro - PR

Manoel Queiroz - PPS

Marcello Lelis - PV

Osires Damaso - DEM

Raimundo Moreira - PSDB

Raimundo Palito - PEN- Licenciado

Sandoval Cardoso - PSD

Sargento Aragão - PPS

Solange Duailibe - PT

Stalin Bucar - PR

Toinho Andrade - PSD

Vilmar do DETRAN - PMDB

Wanderlei Barbosa - PEN

Zé Roberto - PT



**Esta mistura é um desastre.**